

“NÃO EXISTE CONF ENTRE CECAE, V

Opinião do professor Plonski, que informa ter recebido um elogio da CERT por sua produção

Os cargos do professor Guilherme Ary Plonski não se limitam às fundações ou à Ceca, que dirigiu por sete anos. Ele integra vários organismos da USP: Conselho Deliberativo do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica, Comissão Permanente de Qualidade e Produtividade e Conselho de Qualidade de Vida e Segurança do campus da Capital. O professor dá aulas em duas unidades e tem dez orientandos na pós-graduação. “Tenho uma produção que, no seu conjunto, minha avaliação pela CERT recebeu um elogio”, faz questão de dizer Plonski. “Estou muito confortável com tudo que faço”. Esta entrevista foi realizada antes de o professor deixar a Ceca para assumir o IPT.

LITO DE INTERESSES ANZOLINI E FIA”

Revista Adusp- Na minuta que seria submetida ao CO na reunião do dia 26 de junho, consta um dispositivo que proíbe acumular cargos de coordenação na USP com presidência de conselho curador. O sr. não considera que existe um conflito de interesse entre seu cargo na Ceca e sua posição de presidente no Conselho Curador da Fundação Vanzolini?

Plonski- A pergunta implícita é se pode ou não haver essa acumulação. Esse assunto está *sub judice*, sob a alçada de decisão do CO que com o conjunto das pessoas que o integram e a diversidade de percepções e de visões, certamente encontrará uma decisão que é a mais adequada. Esse assunto será muito bem avaliado pelo CO, quando os estudantes deixarem o CO fazer as coisas, e quando não houver os apoios que houve à invasão que você sabe quais são. Se eu considero que existe conflito de interesses, evidentemente que não, porque se considerasse que há conflito de interesses não teria aceito.

Revista Adusp- A Ceca divulga o curso “Empreendedor Alerta”, o sr. deve conhecer muito bem, é uma parceria da Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho (Sert) com a FIA. O sr. pode informar qual é o montante

de verbas estaduais e federais envolvidas nesse projeto, pois me parece inclusive que o FAT é um dos organismos envolvidos?

Plonski- Eu sugeriria que você consultasse a Sert, que é a patrocinadora, eu não tenho essa informação. Simplesmente fizemos um *link* porque o objeto dessa atividade, que é patrocinada por uma secretaria de governo do Estado de São Paulo, e realizada pela FEA com o apoio da FIA, é um curso, um programa de capacitação voltada à micro e pequena empresa. Como uma das vocações da Ceca é justamente contribuir para a geração de empregos e renda nas micro e pequenas empresas, nós achamos que era muito natural que houvesse um link. Para falar a verdade eu nunca me preocupei em saber quanto custou ou não custou.

Revista Adusp- A FIA estaria fazendo isso graciosamente para a Secretaria...

Plonski- Eu não saberia dizer, para mim é irrelevante.

Revista Adusp- Porque existem contratos entre a FIA e a Sert. A FIA tem contratos remunerados com a Sert. Não há conflitos de interesse nisso, professor, no fato de o sr. ser coordenador de projetos na FIA e

coordenador da Ceca, e a Ceca recomendar um projeto...?

Plonski- Sou coordenador de projetos da FIA, evidentemente, mas eu não tenho qualquer envolvimento com esse projeto especificamente, então não tenho qualquer informação a respeito desse projeto, recomendo que você fale com a Sert. É um produto de alta idoneidade, feito por docentes da faculdade, da mais alta competência nesse assunto, com apoio da FIA.

Revista Adusp- De acordo com o livro de projetos da FUSP, o sr. coordenou alguns projetos, tem dois projetos aqui que eu gostaria de ver. O projeto nº 186, denominado “Avaliação dos procedimentos administrativos do PAS”, foi financiado pela Secretaria Municipal da Saúde na gestão do prefeito Paulo Maluf, no valor de 1,79 milhão de dólares. O sr. também coordenou o projeto nº 161, contratado pela gestão Maluf, com a Secretaria de Planejamento, o sr. deve se recordar, “Documentação sobre o Crescimento de São Paulo”, no valor de 1,56 milhão de dólares. Não são valores muito altos, professor, para uma gestão que se encerrou com um endividamento recorde, que foi a gestão do prefeito Maluf?

Plonski- Você tem que examinar

os projetos no seu contexto. O projeto envolve custos, recursos, equipamentos, pessoas, serviços etc. Em todo projeto você tem certamente um dimensionamento de orçamento associado a custos e por outro lado uma avaliação, que é feita por quem está contratando, dos benefícios que espera receber daquele projeto. Do lado dos custos, os projetos foram orçados a partir dos custos pertinentes. Entendo que a administração municipal, eleita democraticamente naquela ocasião, com o mandato novamente democrático — não importa se uma pessoa teria votado em “a” ou em “b”, mas naquela ocasião é o mandato da cidade de São Paulo — julgou que o projeto contribuiria para o atingimento de objetivos que, novamente, num regime democrático são estabelecidos com uma regra que é conhecida de todos, uma regra própria, o orçamento, o poder legislativo, o poder executivo, poder judiciário, Tribunal de Contas e que portanto nós aqui cuidamos de prestar o serviço, achamos que fazia parte da competência da universidade na ocasião e... mas podemos só olhar o lado dos custos. Se foi considerado que os benefícios são relevantes para a sociedade ou para a administração como ela enxerga a sociedade, isso é uma decisão autônoma da Prefeitura, assim como é a decisão no caso da Secretaria de Relações do Trabalho, de considerar que o produto feito pelos colegas da FEA presta um valor que supera, digamos, o custo, não é? Portanto é uma decisão de quem está contratando o projeto.

Revista Adusp- O sr. se recorda se houve licitação para esses projetos?

Plonski- Os projetos todos são contratados de acordo com a Lei de Licitações.

Revista Adusp- Sim, mas houve dispensa de licitação?

Plonski- De acordo com a Lei de Licitações, é uma questão novamente de ser bem preciso. A gente toma todo cuidado para que seja feito rigorosamente dentro dos preceitos legais.

“Não assumimos o gerenciamento do PAS, desenvolvemos estudos para melhorar o modelo”

Revista Adusp- Esse projeto 186 gerou algum resultado concreto na gestão do PAS? Porque hoje o PAS tem sido submetido a CPI. O sr. mencionou agora há pouco em sua resposta o “benefício à sociedade”. O sr. acha realmente que trouxe resultado do ponto de vista da gestão do PAS?

Plonski- Não assumimos o gerenciamento do PAS, o que fizemos foi desenvolver uma série de estudos e fazer uma série de recomendações que melhorassem o modelo de atendimento público no município de São Paulo, conforme foi, na-

quela ocasião, definido e aprovado pela Câmara Municipal.

Revista Adusp- Quer dizer que foi um trabalho típico de consultoria então.

Plonski- Foi um trabalho de serviços especializados e inovadores envolvendo várias áreas da universidade, em que se procurou, num modelo inovador de atendimento à saúde, desenvolver formas de que esse modelo tivesse o melhor desempenho. Não queremos competir com uma empresa de consultoria, até porque seria uma competição inadequada com os nossos próprios formados e formadas. A universidade participa quando existe um caráter de inovação, alguma solução nova, ou então um desafio, portanto tem uma associação que está prevista inclusive no Estatuto, a universidade deve prestar serviços indissoluvelmente vinculados ao ensino e a pesquisa. O PAS foi um modelo inovador na época, portanto achamos que era legítimo participar.

Revista Adusp- O Departamento de Engenharia de Produção tem competência técnica para coordenar projetos na área de saúde, mesmo que administração de saúde, e na área de planejamento urbano? Por que isso é feito com o Departamento de Engenharia de Produção e não, por exemplo, com a Faculdade de Saúde Pública ou a Faculdade de Medicina?

Plonski- Em primeiro lugar, nos projetos, você tem várias unidades envolvidas. O fato de você ter um acordo de trabalho interno da FUSP com uma das unidades não

quer dizer que apenas docentes de uma unidade participem. Gerencialmente, uma unidade assume uma coordenação interna dos esforços da universidade. Então a competência não está integralmente residente num departamento, numa unidade. A resposta subsequente é de que na área da Engenharia da Produção temos uma competência em gestão de operações, operações que podem ser no setor financeiro, que podem ser operações educacionais, que podem ser operações de sistemas de saúde, portanto é sim parte da competência.

Revista Adusp- O sr. se recorda de quantos docentes participaram desse projeto?

Plonski- Nesse momento não, já faz um bocado de tempo. Eu teria que puxar pela memória, mas no momento não tenho esse número presente.

Revista Adusp- O sr. recebeu remuneração por esses contratos e os outros docentes também receberam.

Plonski- É praxe isso. Recebemos. As pessoas recebem pelos serviços prestados, portanto pelo tempo dedicado. Quando uma fundação dá um curso, a hora-aula, tipicamente — não obrigatoriamente, mas tipicamente — ela recebe, o docente ou a docente recebe uma remuneração, assim como, num projeto executado para uma entidade externa, ela também tipicamente recebe remuneração.

Revista Adusp- Estamos falando de projetos e contratos que implicam,

antes de deduzir os custos etc., valores superiores a 1,5 milhão de dólares, quer dizer, supõe-se que...

Plonski- Eu prefiro que você trabalhe em reais, porque a moeda nacional é o real.

Revista Adusp- Estou trabalhando com a moeda que está no Livro da FUSP, professor.

Plonski- Sei, mas nesse momento eu prefiro trabalhar em reais.

Revista Adusp- Perfeito, mas isso implica fazer uma conversão, e nós estamos trabalhando com os números oficiais da FUSP.

Plonski- Tudo bem. Está perfeito. Está bom.

Revista Adusp- Eu também prefiro a moeda nacional. Então estamos falando dessa escala de valores, e os docentes obviamente tiveram uma remuneração adicional aí. O sr. saberia dizer, no montante efetivamente financiado pelo órgão da Prefeitura, qual seria o percentual de remuneração dos docentes?

Plonski- Não, não saberia dizer.

Revista Adusp- Mas existe um padrão, professor, para os projetos que envolvem por exemplo a FUSP?

Plonski- Cada projeto tem uma vida própria. Não me parece que exista um padrão.

Revista Adusp- O sr. deve ter lido a reportagem que publicamos...

Plonski- Sim, claro.

Revista Adusp- Nós publicamos um cálculo, que não foi contestado pela FIA, de que, em função da taxa

de docentes, os docentes da FIA — da qual o sr. é um dos coordenadores — receberam em média 145 mil reais, no ano de 1999. O sr. acha esse número factível?

Plonski- Penso que é uma questão de princípio a discussão — uma discussão válida — do papel das fundações. Se se considera que a fundação é ou não é uma entidade legítima no espaço da universidade, a privatização ou não, todos esses temas que vocês e eu sabemos que estão em discussão, têm a ver com os valores. Eu entendo valor não como valor monetário. A discussão é de mérito. O que se tem que ver na discussão acadêmica é a contribuição que as fundações dão à universidade, para a atividade de extensão particularmente, e quais são as regras que a universidade define. Esta é a discussão central. O resto eu acho que tem a ver com eventuais outras leituras que me parecem de segunda importância. Se se considera que não é legítimo participar de um projeto de uma fundação, é irrelevante se a pessoa recebeu 1 real ou 1 milhão de reais.

Revista Adusp- Perfeito. Mas o sr. não acha que diz muito, por exemplo, saber que em 1998, ano em que a FIA arrecadou quase 65 milhões de reais, ela tenha repassado menos de 1,5% para a FEA? O sr. não considera isso relevante?

Plonski- Esse número você está falando, eu não tenho esse número e não posso fazer nenhuma afirmação. Eu teria que ter os números oficiais, formais, para poder fazer um juízo de valor. RA